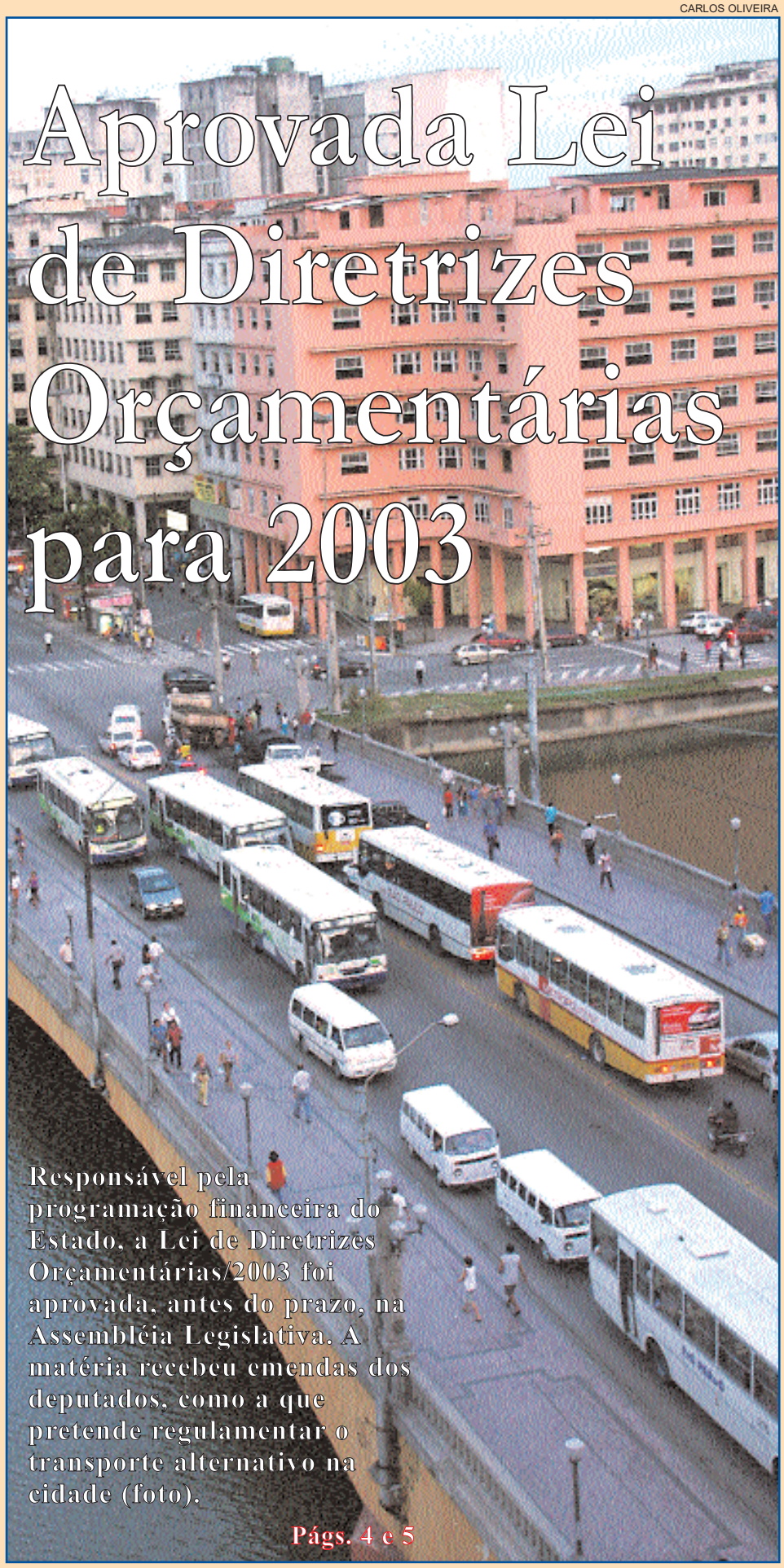
TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 12 – Julho de 2002

CARLOS OLIVEIRA



Aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003

Responsável pela programação financeira do Estado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias/2003 foi aprovada, antes do prazo, na Assembléia Legislativa. A matéria recebeu emendas dos deputados, como a que pretende regulamentar o transporte alternativo na cidade (foto).

Págs. 4 e 5

ROBERTO SOARES



Lei de Incentivo à Cultura

Uma Comissão Especial vem debatendo semanalmente a questão cultural em Pernambuco. O objetivo é criar um novo projeto para a Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Algumas iniciativas já estão sendo incorporadas, como o projeto que obriga a exibição de curtas metragens nos cinemas. Na foto, artistas apresentam-se na frente do Palácio Joaquim Nabuco, em homenagem ao Dia do Circo.

Pág. 6

Série Ícones tem mais dois livros entregues: cinema e música

Pág .7

Galerias dão o tom democrático ao Poder Legislativo

Pág .8

EDITORIAL

Normas e objetivos

As regras são claras quanto aos princípios e objetivos. Assim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a previsão de receita e despesa, obedece a normas que visam aperfeiçoar a gestão dos recursos públicos. É um instrumento moderno, cujas diretrizes favorecem o planejamento das ações do setor público, as intervenções, bem como o atendimento às reivindicações da sociedade.

No conjunto, na sua forma e conteúdo, a Lei contribui para o esforço de modernização do Estado, no qual o Legislativo, as forças sociais, têm maior espaço para influir na destinação e aplicação dos recursos. Tal avanço foi consagrado pela Constituição de 1988, que estabeleceu normas sobre orçamento, diretrizes aperfeiçoadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, e que atualmente são observadas pela União, Estados e Municípios.

A elaboração da LDO obedece aos princípios da unidade, universalidade e anualidade, de forma que abarca todas as metas e prioridades da administração direta e indireta. Nessa linha, a Lei de Diretrizes forma um conjunto de políticas e de orientações sobre receita e despesa, bem como em relação às metas fiscais e gestão dos recursos.

Nos termos da Lei de Diretrizes, de suas disposições, torna-se possível o controle e acompanhamento da proposta orçamentária, da execução dos projetos e atendimento das prioridades definidas para o exercício financeiro. Daí a clareza das metas, dos objetivos, bem como do planejamento e do alcance das medidas previstas com relação a recursos materiais, humanos, andamento das ações nesse ou naquele segmento da administração.

Assim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, orientando a elaboração e execução do orçamento anual, ganha o concurso da Lei de Responsabilidade Fiscal, voltada para a defesa da aplicação dos recursos, montante e forma de utilização, equilíbrio orçamentário e financeiro.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, aperfeiçoou as metas de receitas, despesas, resultados primários, nominais, exame do montante da dívida pública, de sorte que a proposta do Executivo, as emendas do Legislativo, confluem para melhorar a arrecadação, aplicação dos recursos e, conseqüentemente, o equilíbrio das contas públicas.

Essa nova tendência mostra a disposição de elaborar um orçamento que atenda aos critérios inovadores acerca da origem, natureza e finalidade das previsões. Nesse sentido, a Assembléia Legislativa cuida de mobilizar os diversos segmentos da sociedade visando ampliar sua participação no processo de elaboração, adequação do orçamento, controle da aplicação dos recursos disponíveis.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Antônio Azevedo, Christianne Alcântara, Marconi Glauco, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Carlos Augusto Percol e Pedro Saldanha. **Revisão:** Christianne Alcântara e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares.

Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

Pernambuco para dentro

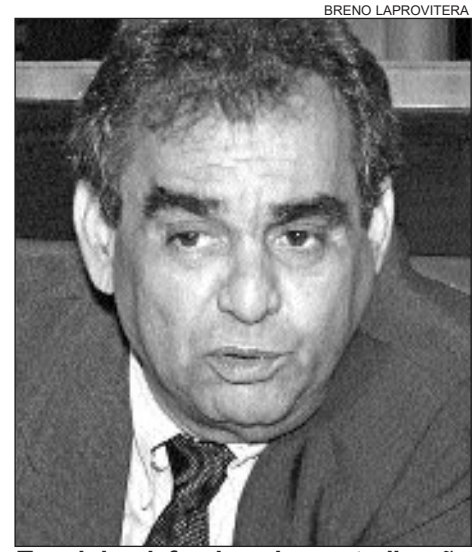
*Antônio de Pádua **

Quando se vislumbra o desenvolvimento de um estado, não raro os legisladores lembram das obras indispensáveis ao bem-estar social da comunidade em suas diversas regiões.

Evidente que todo discurso majoritário parte da premissa de fortalecer a saúde, educação, moradia, segurança e emprego, entretanto melhor seria que o Legislativo voltasse a sua atenção para a contextualização do estado. Pernambuco tem que ser mapeado na medida do desalojamento de suas potencialidades. Portanto, é bom lembrar que todo contexto precede ao conteúdo. É preciso saber das vulnerabilidades das regiões como também das suas visualizadas potências de crescimento socio-econômico.

Partindo da educação, tudo seria mais fácil. Obviamente, todo estado tem seu pólo de atração de imigrantes - principescamente a Capital, onde ocorrem as decisões de governo e, sobretudo, é o foco dos anseios da maior fatia dos jovens em busca de trabalho e de uma condição de vida mais significativa, para que possa progredir profissionalmente e patrocinar um melhor bem-estar para toda sua família.

BRENO LAPROVITERA



Toquinha defende a descentralização

Especificamente, como representante do povo sertanejo, sempre acreditei que, contextualizado, Pernambuco pode oferecer, através do conteúdo dessa referida região, tudo o que Oliveira Lima dizia haver sonhado: a valorização de sua terra, de sua gente, pregando-na às intempéries da natureza ingrata que vasculha periodicamente suas potencialidades de produção com incansáveis e desagradáveis secas cíclicas, desesperando seus filhos e forçando-os a imigrarem para o litoral.

Nunca me abstive de lutar e pregar um maior interesse de incentivos para essas áreas, pois em se plantando - nem que tudo dê - fixará seu povo às suas origens.

O incremento de indústrias no Sertão - para ser coerente com o meu próprio berço natal - geraria uma fonte de empregos e de melhoria de vida social para uma gente que, cansada e estrupiada, como cantava Luiz Gonzaga, bem que poderia, não se abstendo da eterna fé professada, ter o direito de ser mais feliz.

Não mais seria engolida pela progressiva esperança que trai qualquer devanei, não mofaria sob o jugo das elites empavonadas de poder; sequer precisaria deslindar terços de misericórdias a cada novena padroeira, tampouco se arredaria da força da instituição familiar.

Aí veríamos a sustança do conteúdo de uma região - fosse o Agreste, a Zona da Mata, o Alto Pajeú e principalmente quanto ao meu velho Sertão, a partir do meu município do Salgueiro.

O poeta sertanejo é sábio quando canta o "riacho do Navio, corre pro Pajeú... o rio Pajeú vai despejar no São Francisco... E o rio São Francisco vai bater no meio do mar..." "e, num desafio desabado, como um peixe, ao contrário do rio, nadava contra as águas... para sair lá do mar em direção ao riacho do navio". A canção diz tudo na linguagem fácil. Ora, se temos como conteúdo máximo naquela região sertaneja, qualquer destino à agricultura, agropecuária, turismo, extração de quaisquer minérios, por que abandonarmos nossas maiores reservas nativas? Por que não lutarmos para implantar a conseqüente descentralização das indústrias básicas, levando-as, mesmo com a pródiga simulação insurreta que herdamos?

O povo de Pernambuco sempre foi irredento. O sertanejo um forte. A força de trabalho é inerente a toda essa gente. Resta acreditarmos que não só do milho e feijão vive um povo. O desenvolvimento não tem que ser sempre para fora - a exportação gera divisas, sim, mas que sejam divididas.

Pernambuco tem que se voltar para dentro.

** Deputado Estadual pelo PMDB*

TRANSPARÊNCIA

Código de Ética vai nortear a conduta dos parlamentares

ROBERTO SOARES



Uma Comissão Especial foi constituída para elaborar o Código de Ética

"Código de Ética é sinônimo de transparência". Com essa frase, o presidente da Comissão Especial que trata do Código e do Regimento Interno, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), definiu a iniciativa da Assembléia Legislativa de Pernambuco de implantar seu Código. O projeto, relatado pelo deputado Augusto Coutinho (PFL), está pronto desde abril e se encontra na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Imunidade parlamentar e declaração de bens são abordados pela matéria em tramitação na Assembléia

Alguns dos deputados entendem que o Código de Ética está vinculado ao Regimento Interno e que ambos só podem ser votados em conjunto. Essa, entretanto, não é a posição do deputado Gilberto Marques Paulo. Segundo ele, o Código tem "natureza própria, específica e não há, necessariamente, essa vinculação".

Devido ao entendimento de parte dos deputados de que há um vínculo entre o Código e o Regimento Interno, é necessário que o projeto do Regimento seja apresentado pelo relator Ranílson Ramos (PPS). A partir daí, é que se poderá analisá-lo na Comissão de Constituição, levando-o a Plenário.

De acordo com Marques Paulo, o Código, no tocante à imunidade parlamentar, trata da matéria como se deu no plano federal. No momento em que uma denúncia chega à Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo tem 45 dias para decidir se o processo deve ter continuidade. A decisão deve ser por maioria absoluta dos votos, ou seja, metade mais um.

Uma outra ação que será adotada é a obrigatoriedade dos deputados de apresentarem sua declaração de bens anualmente. A declaração deve ser publicada no Diário Oficial. Gilberto Marques Paulo defendeu que os "tempos modernos exigem mais do que nunca comportamentos éticos, responsáveis, principalmente por parte dos políticos".

O presidente da Comissão Especial disse ainda que "ninguém é mais fiscal das ações do homem público do que a sociedade civil, e o Código de Ética será importante para balizar as normas de conduta do parlamentar".

Comissões concluem seus relatórios finais

O final do primeiro semestre indica o encerramento dos trabalhos de duas CPIs e duas Comissões Especiais na Alepe: Adulteração de Combustíveis, Água Mineral, Jucazinho e Telemar, respectivamente. No caso dessa última, após nove meses de apuração dos serviços prestados pela empresa, o relator Henrique Queiroz (PPB) apresentou seu relatório final.

"Após a privatização, a Telemar passou a promover aumentos das tarifas acima dos índices inflacionários, realizou demissão e terceirização de seus quadros, negando o compromisso social estabelecido com o Governo", explicou Queiroz. Entre os problemas, estavam a alta dos preços; cobranças indevidas de contas; ausência de postos de atendimento personalizados.

FERNANDO FERREIRA



CPI ajudou a reduzir os índices de adulteração dos combustíveis no Estado

Entre as propostas da CPI, estão: que a Anatel promova uma auditoria na Telemar com a atuação do Ministério Público; que a Telemar cumpra todos os artigos da resolução da Anatel; que a Assembléia Legislativa convoque, sempre que necessário, a empresa para audiências públicas.

Apesar de ter sido instituída há pouco mais de dois meses, a CPI da Adulteração dos Combustíveis já está concluindo seu relatório final. Por proposição da Comissão, foi assinado um convênio entre a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Governo do Estado para a fiscalização dos postos de gasolina.

"O que ocorria antes é que a ANP não possuía funcionários suficientes e os combustíveis eram ilegalmente alterados de forma deliberada", relata o presidente da Comissão, deputado André Campos (PTB). Segundo pesquisa da ANP, a adulteração de combustíveis no Estado sofreu uma queda do 3º para o 8º lugar no número de irregularidades.

A Comissão Especial que analisou a água de Jucazinho também entregou seu relatório final. O documento apontou soluções para diminuir a salinização, e sugeriu a implantação de barragens de contenção, dessalinizadores e uma adutora. "Precisamos fiscalizar e fomentar idéias", defendeu o presidente José Augusto Farias (PSB).

Outra CPI que já encerrou as atividades é a da Água Mineral. Diversas ilegalidades foram identificadas, como sonegação fiscal, manuseio inadequado e uso de garrafões reciclados, falta de higiene,inexistência de registro para funcionar. "Um dos principais ganhos é a elaboração de uma cartilha que orienta a população sobre como garantir a qualidade da água", festejou o presidente da CPI, deputado Sérgio Pinho Alves (PSDB).

ORÇAMENTO

Assembléia aprova Lei de Di

Por unanimidade, a Assembléia Legislativa aprovou, no último dia 20 de junho, a redação final do Projeto (1199/2002) de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), de autoria do Poder Executivo. A matéria, que traz a definição dos programas e metas do Governo do Estado para 2003, recebeu 12 emendas da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (CFOT) e dos parlamentares. Dessas, apenas duas foram rejeitadas, por incompatibilidade com a legislação em vigor. Das 10 propostas aprovadas, somente três tiveram pequenas alterações formais, e as outras sete foram contempladas integralmente.

"Realmente, foi uma atuação ágil da Comissão, com o apoio de toda sua assessoria, porque nós conseguimos aprovar a LDO com uma semana de antecipação, tendo rejeitado, por problemas de ordem técnica, apenas duas emendas", afirmou o relator geral da LDO e presidente da CFOT, deputado Geraldo Coelho (PFL).

Com a LDO de 2003, a Assembléia Legislativa reafirmou posições institucionais importantes, como a garantia do acesso dos parlamentares ao Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios (Siafem), instrumento que permite a transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal, assegurando o acompanhamento permanente da execução do orçamento estadual. O fornecimento da senha de acesso ao Siafem foi incluído pelos parlamentares na LDO de 2002 e retirado pelo Executivo na proposta para 2003.

Outra questão polêmica, que também tinha saído da proposta original por iniciativa do Governo do Estado, é a que permite aos deputados sugerir obras e ações administrativas no valor de até R$ 300 mil, através das emendas parlamentares ao orçamento anual. A Assembléia não aceitou ainda a idéia do Executivo de proibir o acesso à reserva de contingência do orçamento como fonte para cobertura de despesas previstas em emendas parlamentares.

Os deputados não apenas aprovaram a confirmação das emendas, como voltaram a cobrar da administração estadual a destinação de recursos para que elas sejam cumpridas. "O Governo precisa respeitar o Legislativo e assegurar os recursos necessários para que as emendas parlamentares não fiquem só no papel", alertou o vice-líder da Oposição, deputado Guilherme Uchôa (PDT).

Casa garante conquistas e manutenção de sua independência em relação ao Executivo

Sobre as divergências com a proposta do Poder Executivo, em relação à LDO, Geraldo Coelho afirmou que a Comissão de Finanças tem que preservar o Poder Legislativo, e lembrou que nada impede que durante o processo de negociação, se chegue a um entendimento. "O fato de não concordarmos com algumas restrições que foram sugeridas pelo Governo não impede que, através do diálogo, se ajuste aquilo que é comum ao interesse de Pernambuco", ressaltou Coelho.

O relator geral da LDO completou, defendendo o Legislativo. "Agora, fazer ações restritivas ao Poder nós não aceitamos, porque deixaremos de cumprir com a nossa missão como deputado. Nós somos o órgão fiscalizador, um poder autônomo. O que não deve acontecer é a restrição por escrito ao Poder Legislativo. Isso não pode, nós não concordamos".

Em relação ao duodécimo dos Poderes, o Governo do Estado também não emplacou na LDO sua proposta de congelar os valores dos orçamentos da Assembléia Legislativa, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Emenda da CFOT, aprovada em Plenário, garante que os recursos não serão inferiores aos de 2002, preservando assim a autonomia orçamentária e financeira dos Poderes, garantida pela Constituição Federal.

Os deputados também acrescentaram um parágrafo ao artigo 28 da LDO, que determina a realização de Audiências Públicas para que haja participação popular durante as etapas de preparação da LDO, dos planos e orçamentos do Governo. As intervenções do Legislativo na Lei irão permitir também o reforço na assistência aos idosos e aos portadores de necessidade especiais (deficiências), a melhoria do sistema de transporte público e a descentralização da Universidade de Pernambuco para o interior do Estado. No último dia 27, o governador Jarbas Vasconcelos sancionou a LDO sem apresentar vetos ao trabalho do Legislativo.

Emenda	Autoria
01 - Disponibiliza senhas de acesso ao Siafem para os deputados e membros do Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público	**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Aprovada com alterações técnicas (correção de Contas e Ministério Público**
02 - Assegura e incentiva a participação popular com a realização de audiências públicas nas discussões da LDO	*Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Aprovada integralmente*
03 - Assegura dotação anual de R$300 mil para cada deputado para possibilitar a execução das mendas parlamentares	**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Aprovada integralmente**
04 - Suprime o artigo que veda o remanejamento de valores consignados à reserva de contingência para cobrir despesas previstas em emendas parlamentares	*Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Aprovada integralmente*
05 - Assegura que os duodécimos dos Poderes não serão inferiores aos valores de 2002	**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Aprovada integralmente**
06 - Garante a expansão da Universidade de Pernambuco assegurando dotação específica para os cursos superiores no interior	*Deputado Geraldo Coelho Aprovada com alterações técnicas (texto inicial continha "para a cidade de Petrolina" e foi alterada para interior)*
07 - Inclui Programa de Incentivo à Leitura	**Deputado Israel Guerra Rejeitada integralmente (caberia ser apresentada ao Projeto Plurianual - PAA)**
08 - Inclui Programa de Proteção e Assistência aos Portadores de Deficiência	*Deputado Guilherme Uchôa Aprovada integralmente*
09 - Inclui Programa de Proteção e Assistência ao Idoso	**Deputado Guilherme Uchôa Aprovada integralmente**
10 - Trata da melhoria do serviço de Transporte Público e Transporte Urbano	*Deputado Guilherme Uchôa Aprovada integralmente*
11 - Obriga o Poder Executivo a informar alterações ocorridas anteriormente nos decretos e projetos de lei para abertura de créditos adicionais	**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Aprovada integralmente**
12 - Determina a publicação quadrimestral de demonstrativo das empresas beneficiadas com incentivos fiscais ou financeiros pela Secretaria da Fazenda	*Deputado Paulo Rubem Santiago Rejeitada integralmente (fere artigo do Código Tributário Nacional)*



A Comissão de Finanças e Orçamento

Governista reclama fis

A aprovação das emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 causou repercussões distintas nas bancadas do Governo e da Oposição. Enquanto os governistas crêem numa normalidade em relação às discussões de anos anteriores, a Oposição critica as dificuldades enfrentadas pelos parlamentares em acrescentar medidas que possibilitem uma maior fiscalização do Legislativo nas contas do Estado.

A emenda causadora de maior repercussão entre os integrantes da bancada de Oposição trata da publicação quadrimestral, pela Secretaria da Fazenda, de relatório sobre as empresas beneficiadas com incentivos fiscais ou financeiros. De acordo com o autor da emenda, deputado Paulo Rubem Santiago (PT), ela daria mais transparência às ações do Governo e, aos parlamentares, mais possibilidades de

retrizes Orçamentárias/2003

ROBERTO SOARES



analisou a programação financeira de Peranmbuco para o próximo ano

s elogiam e Oposição calização das contas

fiscalizar as receitas do Poder Executivo.

A proposta foi rejeitada pela Comissão de Finanças sob a alegação de que fere o Código Tributrário Nacional, no sentido de que divulga os dados financeiros das instituições beneficiadas. "Foi um excesso de interpretação quanto à ilegalidade da emenda por parte dos parlamentares que integram a Comissão. Quando é para revelar quem são os maiores contribuintes de ICMS no Estado, não há desrespeito ao sigilo fiscal, mas quando se fala em revelar quem não recolhe imposto, alegam a ilegalidade", destaca o deputado.

Para a deputada Teresa Duere (PFL), líder do Governo na Assembléia e integrante da Comissão de Finanças, apesar de trazer emendas importantes em relação à área social, no geral, a LDO 2003 não traz nada de novo em comparação às emendas já acrescidas nas leis anteriores. " Este ano, a única novidade é que tivemos a introdução de algumas emendas que tratam da área social, os relatores estudaram o processo e, muito oportunamente, houve propostas referentes à área, um avanço para as políticas sociais do Estado", destaca a parlamentar, referindo-se às emendas 8 e 9.

A proposta que disponibiliza aos parlamentares e integrantes do Ministério Público, Judiciário e Tribunal de Contas senhas de acesso irrestrito ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem) e a que incentiva a participação popular nas discussões da LDO são os principais pontos de concordância entre as bancadas.

Coelho: "Poder Legislativo é autônomo e não abre mão"

Na entrevista ao Tribuna Parlamentar, o relator geral da LDO e presidente da Comissão de Finanças, Geraldo Coelho (PFL), reforça a posição do Legislativo nas negociações com o Governo para garantir correção à LDO.

Tribuna Parlamentar - Com a emenda nº 1 à LDO, a comissão de Finanças restabeleceu o acesso amplo ao Siafem, que o governo tinha retirado da LDO 2003. Qual a intenção dessa medida ?

Geraldo Coelho - Está mantido o pedido da comissão para o acesso ao Siafem. É exatamente uma medida para garantir a legitimidade do Legislativo. Como órgão fiscalizador.

TP - O Governo pretendia levar a questão para ser regulamentada por decreto, como o senhor analisa esse fato?

GC - Dentro da Comissão foi decidido, por unanimidade, a manutenção de acordo com o que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o acesso ao Siafem amplo, como foi colocado no ano anterior, para todos os 49 deputados.

TP - Por que a Comissão de Finanças não acatou as sugestões da Secretaria da Fazenda?

GC - Não foi o problema de acatar sugestões simplesmente. A Comissão já tinha discutido plenamente. E é perfeitamente aceitável. De maneira que nós buscamos, dentro das emendas e dos pareceres, dar maior eqüipotência aos poderes, para que nós possamos fiscalizar as ações do Executivo ou de qualquer outro poder.

TP – Como o senhor analisa o fato de o Governo ter retirado e a Comissão ter aprovado o retorno das emendas parlamentares.

GC - Nós raciocinamos que não há nenhum impedimento para o Governo atender a emenda parlamentar, que é um direito nosso. Quando os projetos não vierem amarrados, com os locais beneficiados, é um direito nosso apontar. Agora, se ele já vem com a discriminação dos locais das obras e ações, não cabe emenda. Ninguém pode abrir mão disso. Agora querer impor, não! Este Poder é autônomo, seu direito tem que ser preservado. Eu não posso botar por escrito restrições ao Poder.

TP - Presidente, e em relação a execução da emendas parlamentares, geralmente o Governo atrasa bastante?

GC - Não dá o que a gente tem direito. Sempre é muito negociado, para menos. Por exemplo, na verba de R$ 300 mil, o sujeito pega e diz que não vai dar R$ 80 mil e aquilo, às vezes, nem acontece. Nós temos que continuar lutando. Se a gente abrir mão de uma vez, aí é perder demais.

O QUE É A LDO ?

- *A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) integra o Sistema do Orçamento juntamente com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). São leis de competência do Executivo, cabendo ao Legislativo a apresentação de emendas.*
- *No PPA, o Poder Executivo planeja, de forma regionalizada, os programas e as metas para os quatro anos administrativos. Com a LDO, todo ano são definidas as diretrizes de ação para se conseguir os objetivos traçados.*
- *Através da LOA, executa-se o que foi pensado no PPA e especificado na LDO.*
- *A LDO tramita exclusivamente na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (CFOT). Tem prazo máximo de 45 dias para ser levada ao Plenário, que aprova em turno único. A Sessão Legislativa não pode se encerrar sem a aprovação da LDO.*
- *Depois de receber da Assembléia a LDO, o governador tem 15 dias para sancioná-la totalmente ou com vetos, que serão apreciados pelo Legislativo. Os vetos deverão ser analisados em 30 dias e só poderão ser derrubados por maioria absoluta dos votos.*

LEI DE INCENTIVO

Em cena, um novo projeto cultural

Há algum tempo, foram verificadas falhas na Lei de Incentivo à Cultura do Estado. A sonegação de imposto das empresas através da renúncia fiscal e a presença de atravessadores entre produtores culturais e empresários interessados em investir na área eram os principais problemas. Com as falhas, vinham denúncias de desvio de verba e favorecimento de projetos. Há exatos oito meses, foi criada na Assembléia Legislativa, uma Comissão Especial, que é presidida pelo deputado Sérgio Leite (PT), e, semanalmente, deputados, produtores culturais e representantes do Governo reúnem-se na tentativa de criar um novo projeto para a Lei de Incentivo à Cultura. Apesar do esforço e do empenho dos envolvidos, nada, ou quase nada ficou definido até agora. E o motivo do impasse é simples: produtores e Governo não conseguem falar a mesma língua.

Entre as principais propostas discutidas ao longo dos últimos meses está a criação de um Fundo de Incentivo à Cultura. O dinheiro da renúncia fiscal das empresas iria para o Fundo que, a partir daí, financiaria os projetos culturais aprovados pela Lei. Os contribuintes teriam direito a veicular sua marca através do Fundo e à Secretaria da Fazenda caberia fiscalizar a arrecadação do ICMS, sem ter poder para aprovar os projetos. O deputado Sérgio Leite é enfático ao defender a urgência em alterar a lei, que, segundo ele, só tem trazido prejuízos à cultura pernambucana."Dos R$ 10 milhões que deveriam ter sido investidos no ano passado, apenas R$ 2 milhões, aproximadamente, foram aplicados e, ainda assim, em eventos não reconhecidamente culturais", ressaltou Leite.

A reclamação mais freqüente, por parte dos produtores, diz respeito ao poder de decisão em relação à aprovação dos projetos, que foi dado à Secretaria da Fazenda. De acordo com Paula de Renoir, a Cultura perdeu a Lei para Fazenda. "Os critérios para a prestação de contas, por exemplo, são uma incógnita. Esse trabalho poderia até ser feito por técnicos da Fazenda, desde que fosse realizada dentro da Secretaria de Cultura. É lá a nossa casa", defendeu Paula.

CARLOS OLIVEIRA



As reuniões debatem temas como o Fundo de Incentivo à Cultura

Leite disse que a burocracia que impediu a realização das modificações, ainda no ano passado, resultou num imenso prejuízo aos produtores culturais do Estado. O petista ainda afirmou que a lei antiga - que levou o governador a suspender o SIC - dá margem à corrupção através dos intermediários na captação de recursos e, por isso, faz-se necessária a sua alteração em caráter emergencial. "A aprovação das propostas irá configurar uma retomada na produção cultural", admitiu.

A Comissão tem servido de cenário para os embates entre produtores culturais e Governo

A demora em concluir essa discussão, no entanto, foi questionada pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PT). "É estranho que tenhamos apresentado um projeto ao Governo, desde novembro passado, e até hoje isso não tenha sido concluído. Inúmeros projetos sobre renúncia fiscal, fundos e incentivos são encaminhados pelo Governo a esta Casa, quase sempre em caráter de urgência, e apenas esse, relacionado à cultura, é ignorado e vem se arrastando ao longo dos meses", disse Rubem.

MUDANÇAS - Depois de várias reuniões e Audiências Públicas, já existe consenso em questões importantes. Como o fim das renúncias fiscais e a efetiva criação do Fundo Estadual de Cultura, com garantias de recursos orçamentários e uma execução real dos valores destinados.Também sofrerá alterações o Conselho Deliberativo do SIC. O Governo deixará de ser maioria, ficando apenas com cinco das 16 vagas.

Sérgio Leite defendeu a ampliação das verbas orçamentárias, que ficaram em R$ 10 milhões para este ano. "Também é fundamental a garantia de que os recursos serão mesmo liberados e não ficarão como letra morta na Lei Orçamentária", concluiu. Como trata-se de matéria de iniciativa do Poder Executivo, a proposta finalizada pela Comissão foi encaminhada ao governador, avaliada, e voltou para ser discutida no colegiado. "A Comissão foi criada para resolver esse problema, e só vamos concluí-la depois que o projeto for votado em Plenário", acrescentou.

Lei obriga exibição de curtas pernambucanos

Quem for aos cinemas do Estado irá perceber uma importante mudança, antes da exibição dos grandes filmes. É que foi aprovado na Assembléia Legislativa um projeto de autoria do deputado Sérgio Leite (PT) que estabelece a obrigatoriedade da exibição de curtas metragens pernambucanos nos cinemas.

Segundo o deputado, a idéia é incentivar os novos talentos, os criadores e técnicos, que vêm lutando para enriquecer a produção cultural em Pernambuco. "Acredito que, dessa forma, vamos assegurar espaço aos novos cineastas. Antes, eles contavam com uma lei, mas a partir do Governo Collor, que extinguiu a Embrafilme, os exibidores manobraram para retirar de cena os curtas", explicou.

O parlamentar disse ainda que as empresas inviabilizaram, na prática, a divulgação dos curtas metragens, à medida que passaram a "produzir e incluir filmes de interesse comercial, sem qualidade. Assim, segundo ele, inviabilizaram a inserção dos filmes de caráter cultural, ligados ao esforço de criação dos que fazem a sétima arte no Estado".

Sérgio Leite lembrou que a exibição de curtas vem sendo obrigatória no Rio Grande do Sul, incentivando os cineastas. "Pernambuco tem espaço para divulgar a produção, pois a Região Metropolitana conta com 23 salas de cinema, além das cinco localizadas entre Caruaru e Petrolina", acrescentou.

CARLOS OLIVEIRA



Leite:incentivo a novos talentos

MEMÓRIA

Série Ícones tem mais dois livros entregues

FOTOS: FERNANDO FERREIRA/BRENO LAPROVITERA



Os jornalistas José Telles (e) e Alexandre Figueirôa (d) já entregaram seus livros sobre os temas música e cinema

Mais dois livros da Coleção Ícones Pernambucanos estão prontos. Cinema e Música, escritos pelos jornalistas Alexandre Figueirôa e José Teles, respectivamente, já foram também entregues ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias (PFL). Agora, ao todo, são três, dos sete trabalhos que compõem a Coleção, que já vão seguir para publicação.

Um panorama da Literatura em Pernambuco foi a primeira obra entregue. Escrito pelo jornalista Nagib Jorge Neto, o livro traça um percurso das diversas fases da Literatura no Estado. Artes Plásticas, Artesanato, Esportes e Teatro são os próximos trabalhos a serem concluídos pelos jornalistas Paulo Sérgio Scarpa, Jamildo Melo, Fernando Menezes e Alexandre Figueirôa.

A iniciativa da Assembléia Legislativa de Pernambuco de lançar a Coleção Ícones Pernambucanos é, segundo o presidente Romário Dias, mais uma tentativa no sentido de resgatar a memória do Estado e, ao mesmo tempo, divulgar as suas diversas manifestações. Para ele, a Coleção Ícones Pernambucanos faz "uma reverência a nomes importantes que contribuíram para o crescimento do Estado".

CINEMA E MÚSICA — No livro sobre Cinema, Figueirôa registra que os pernambucanos fizeram cinema em vários momentos da história. A partir de 1923, quando o Ciclo do Recife começa, depois, na década de 50, com iniciativas amadoras, finalmente o Super 8 dos anos 70, e o cinema contemporâneo.

O jornalista José Teles, por sua vez, inicia sua obra por Luiz Gonzaga, o "Pernambucano do Século", passa pelos anos 60, faz uma trajetória da gravadora Rozenblit, entra pelo movimento tropicalista e armorial até chegar ao manguebeat.

Em ambas as obras, são destacados representantes pernambucanos de relevância para o Cinema e a Música no Estado.

BRENO LAPROVITERA



A Exposição "Nova Berlim", apresentando 60 quadros com os principais projetos e evoluções do maior canteiro de obras da Europa, será vista pelos pernambucanos, em agosto, na Assembléia Legislativa. A informação foi anunciada pelo embaixador Uwe Kaestner, durante visita oficial ao Palácio Joaquim Nabuco, onde foi recebido pelo presidente Romário Dias.

A Alemanha apresenta ao mundo, com essa exposição, o novo bairro governamental, às margens do rio Spree, com o edifício do Parlamento e a Chancelaria, grandiosos projetos da Praça Postdamer, a estação ferroviária Lehrter, o novo Museu Judaico, entre outros. Uma visão geral da evolução histórica da cidade e da nova vida judaica em Berlim completa a mostra.

QUALIDADE

Casa prepara-se para receber novo certificado 9001/2000

"Nada é tão bom que não possa ser melhorado". Esse é o pensamento que norteia a busca da qualidade na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Depois de ser a primeira do País a conseguir, em maio deste ano, o certificado ISO 9002 pelos serviços dos 16 setores administrativos, a Casa dá mais um passo importante em busca da excelência dos serviços.

Apesar do ISO 9002/ versão 1994 ter validade até dezembro do ano que vem, a Alepe prepara-se para atender às exigências de outro certificado, o ISO 9001\ versão 2000. "O ISO 9002 representa cerca de 80% das exigências do 9001", explica a chefe do Núcleo de Qualidade da Alepe, Fátima Resende.

O atestado padronizou aproximadamente cem atividades relacionadas ao dia-a-dia dos gabinetes parlamentares, dando mais agilidade aos processos. Cento e vinte funcionários foram treinados em parceria com a Universidade de Pernambuco sendo que, 70% deles são do quadro efetivo.

Um dos setores mais beneficiados foi o Almoxarifado. Todas as prateleiras receberam etiquetas numeradas e com a descrição dos produtos. Os quase 400 itens foram reorganizados e mapeados, facilitando a busca.

Para Raphael Andrade, auxiliar do almoxarifado, não foi fácil se adequar. "Achávamos que era muita burocracia, mas, hoje, vemos como valeu a pena. Temos a certeza de que todas as informações que repassamos e tudo que sai daqui é rastreado", comenta.

O gerente da qualidade do Núcleo, João de Souza Barros, lembra que o atendimento prestado atualmente já é bem melhor que o oferecido há um ano. A diminuição ou extinção do retrabalho, também é um ponto importante na busca da qualidade total dos serviços. "Temos que acertar sempre de primeira", diz. Para medir esse índice de erro, existe um mapa de monitoramento, que é preenchido pelos funcionários de cada gabinete.

COMPORTAMENTO

Presença popular nas galerias

Grupos acompanham democraticamente tudo o que acontece no Plenário do Legislativo

A presença de populares nas galerias da Assembléia Legislativa é um capítulo à parte na história parlamentar pernambucana. Guiados pela herança de seriedade do patrono Joaquim Nabuco, os deputados vêm dignificando o exercício do bom Parlamento ao longo dos séculos com trabalho produtivo nas Comissões; denunciando irregularidades e abrindo Comissões Parlamentares de Inquérito; debatendo questões de interesse público no Plenário; ou participando de debates com autoridades em busca de soluções que melhorem a qualidade de vida do povo.

Muitas vezes, os grupos que enchem as galerias são levados por líderes políticos ou formadores de opinião, integrando uma "claque" barulhenta que, nem sempre, tem consciência do que está fazendo. Na maioria dos casos, entretanto, as pessoas vão às galerias defender os interesses de sua categoria, dentro de sua própria casa. Afinal, a Assembléia Legislativa é a "Casa do Povo".

"Houve um dia que choveu dinheiro no Plenário da Assembléia", lembra Graça Vasconcelos, do Departameto Legislativo. "Foi na discussão sobre a carteira de estudante. Eu estava sentada quando senti bater uma moeda de 25 centavos na minha testa. Das galerias, lembro que caíam cédulas de R$ 1", completa. Foi a forma de protesto mais radical.

FERNANDO FERREIRA



O espaço é usado por cidadãos que acompanham as discussões e votações

O radialista Antonio Lira, que há mais de 20 anos assiste diariamente às Sessões Plenárias, não só confirma as palavras de Graça como acrescenta: "Fiquei impressionado com a quantidade de cédulas e moedas que caíam das galerias e eu mesmo cheguei a juntar cinquenta delas", descreve.

Ao longo dos anos, a Assembléia foi chamada a tomar grandes decisões que passam a fazer parte do dia-a-dia dos pernambucanos. Foi assim, por exemplo, na votação da Constituinte pernambucana, em 1989, quando os debates entre os parlamentares entravam pela madrugada, dia após dia, num trabalho árduo apoiado pelo corpo técnico da Casa.

Antonio Lira faz um retrospecto dos últimos governos estaduais e conclui que o de Arraes "foi o mais vaiado de todos, provavelmente pode ter sido o que enfrentou oposição mais forte", diz. "Cheguei a assistir a sessões onde o líder Áureo Bradley não podia defender o Governo porque as galerias vaiavam tanto que ele não podia falar", narra. Ainda no Governo Arraes, lembra Lira, o funcionalismo estadual invadiu as galerias em protesto contra o considerado pequeno aumento de 14%.

O radialista recorda outro Governo. Só para contrastar com o aumento dado por Arraes, Joaquim Francisco concedeu um reajuste de 45% aos servidores no final do seu mandato. "Mas ele também enfrentou dureza quando promoveu a venda da primeira estatal do Governo para o setor privado, a Cilpe, tendo de enfrentar uma oposição forte, dada à radicalização com que a privatização era tratada na ocasião", lembra.

Francisco Pereira Neto, assessor do Plenário, lembra de grandes manifestações populares promovidas pelo Movimento dos Sem Terra, pelos índios e de algumas mensagens enviadas à Casa pelo ex-governador Miguel Arraes. "Algumas vezes - lembra Chico - a Assembléia ficava sitiada. Lembro o dia em que o bispo sulafricano Desmond Tutu foi barrado nos portões", afirma.

Em outras ocasiões, o interior do "palácio parlamentar" virou palco de apresentações artísticas, representadas geralmente em forma de protesto.

Outras vezes, os populares das galerias extrapolaram os limites e tiveram de ser retirados por ordem dos deputados que presidiam as sessões. Os casos mais específicos ocorreram nas gestões dos presidentes Clodoaldo Torres, Pedro Eurico e Djalma Paes.

Uma Assembléia sem galerias não exprime a essência da democracia. É ali que o povo se manifesta livremente, apoiado por um aparato de comunicação, hoje reforçado pelo sistema Assembléia na TV, que retrata as sessões em tempo real pela TV Cabo Mais e em flashes e programas matinais e noturnos na TV Universitária, além do acompanhamento, via Internet, para qualquer parte do mundo.

Mulher acompanha sessões há 30 anos

Ela freqüenta as galerias da Assembléia há cerca de 30 anos. Sempre com uma bolsa grande (onde carrega produtos de beleza que, de vez em quando, vende a alguém) Juliana de Oliveira, uma sertaneja neta de índia do mato que jura já ter avistado uma onça em Mirandiba, onde nasceu, é uma das personagens populares do Legislativo. Ela considera o prédio principal da Assembléia, onde ficam as galerias, "um palácio muito acolhedor".

Juliana, que acompanhou três décadas parlamentares, entende que "hoje em dia existe mais transparência na Assembléia, mas não posso negar que durante esse tempo vindo direto aqui na Assembléia, aprendi muito ouvindo os deputados e isso me ajudou muito na vida, porque hoje estudo teologia e tenho fé em Deus que vou evoluir na vida".

De tanto contato com parlamentares, Juliana resolveu ousar e se filiou a um partido político, concorrendo às últimas eleições municipais. Teve pouco mais de 100 votos. Mas com sua fibra de sertaneja diz que não vai esmorecer e vai se candidatar de novo até conseguir seu intento.

Juliana aprendeu algumas expressões e gestos praticados por parlamentares, porque acha que isso vai ser importante para ela na Tribuna da Câmara Municipal, no dia em que se eleger vereadora do Recife, que é o sonho maior de sua vida.

FERNANDO FERREIRA



O sonho da cidadã é ser vereadora